

A ética da solidariedade feminista, por Debora Diniz e Giselle Carino

Se é preciso ouvir antes de falar, é também nosso dever falar com responsabilidade sobre as injustiças que assolam as mulheres e meninas

[\(El País, 02/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Não há homem universal que represente as lutas de direitos humanos, assim como não há “mulher universal” para o feminismo. Quanto mais rica a nossa diversidade, maior a multiplicidade de identificações. É importante termos movimentos de mulheres rurais, deficientes, indígenas, negras, afro-latinas, migrantes, e tantos quantos forem necessários para representar formas de desamparo impostas pelas políticas da vida classistas, racistas e patriarcais. Em regiões de extrema desigualdade, como é o caso da América Latina e do Caribe, as vulnerabilidades das mulheres e das meninas se complexificam. Uma menina indígena em nomadismo involuntário pela crise humanitária na Venezuela carrega camadas de fragilidade existencial: da condição étnica à idade, da migração ao risco de violência.

Quem fala por essa menina? As organizações internacionais humanitárias ou as políticas governamentais do país que a acolhe? Sua comunidade indígena ou sua família? Nós começaríamos respondendo que ela deve ser a primeira a falar, caso seja capaz de expressar algumas de suas necessidades mais imediatas a serem protegidas. Nosso dever é ouvi-la, reconhecendo-a como o centro de nossos esforços de proteção. Mas há muito o que ela desconhece. Como uma menina desamparada, é uma sobrevivente —t alvez, sua vida tenha sido uma sequência de espoliação de direitos, fazendo-a ignorar o que seja uma vida digna. Somente ouvi-la é novamente abandoná-la. É preciso estar ao seu lado para falar junto com ela sobre o que é ser uma menina em nomadismo involuntário em crise humanitária, porém com direitos a serem garantidos.

Falar com essa menina, e não apenas por ela ou sobre ela, é o primeiro passo para a consolidação de uma solidariedade feminista. Mas não é suficiente. Desde que Gayatri Spivak lançou a pergunta “pode o subalterno falar?”, discussões sobre os rituais de fala de populações vulneráveis, em particular as [mulheres](#), inundaram o feminismo acadêmico e os movimentos sociais. A expressão “lugar de fala”, comum ao feminismo latino-americano, é tanto um reclame de reconhecimento de vozes subalternizadas, como também um convite ao silêncio conivente das elites. Como nós, duas mulheres latinas originárias de países dentre os mais ricos da região, poderíamos falar de [crise humanitária na Venezuela](#) ou no Haiti? Nosso lugar de fala é ambíguo — não vivemos o nomadismo, o conhecemos porque decidimos ir ao encontro dessa menina e nomear como injusta sua situação de vida. Mas qual nossa autoridade para falar com ela e sobre ela?

Se é preciso ouvir antes de falar, é também nosso dever falar com responsabilidade sobre as injustiças que assolam as mulheres e meninas. O silêncio sobre as [desigualdades](#) e vulnerabilidades experimentadas por aquelas distantes de nós é cúmplice da desigualdade. Só quem vive a tranquilidade dos direitos protegidos ou dos privilégios herdados pode se confortar na apatia do silêncio. A autoridade da experiência ou da existência são formas de reconhecimento das narrativas políticas que importam às lutas pela igualdade, mas não são as únicas. As mulheres com deficiência devem ser ouvidas em políticas de saúde sobre seus corpos, devem ser parte dos movimentos de luta pela descriminalização do aborto, devem estar em igualdade de condições às mulheres sem deficiência em todas as esferas da vida. Isso não significa, no entanto, que mulheres sem deficiência devam se silenciar sobre as violações de direitos vividas pelas mulheres cegas ou surdas, por não compartilharem biografias semelhantes.

Nossos rituais de fala e de escuta precisam ser diversos. Só que a diversidade não é suficiente para a garantia da justiça. É possível compor rituais de fala que se adequem ao mandado da diversidade sem que se alterem os regimes de desigualdade em que vivem as mulheres. Este é o pêndulo que precisamos mover com delicadeza — ouvir antes de falar, reconhecer a anterioridade do vivido nos rituais de fala, e não permitir que a fórmula da representatividade como autoridade silencie quem se conforta

nos privilégios. É a ética da solidariedade feminista o que nos aproxima dessa menina para ouvi-la, mas também para ajudá-la a entender que o desamparo não é um destino.

Debora Diniz é antropóloga brasileira e pesquisadora da Universidade de Brasília e Brown University

Giselle Carino é cientista política argentina, diretora da International Planned Parenthood Federation/Western Hemisphere

“Não há saúde mental onde tem racismo”, afirma psicanalista

A luta de ativistas por direitos se torna, muitas vezes, uma luta para manter a sanidade

[\(CartaCapital, 16/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O [suicídio da ativista Sabrina Bittencourt](#), que ajudava na denúncia de abusos sexuais, entre eles o que levou à prisão do médium [João de Deus](#), assim como outros casos de menor repercussão na mídia, como a morte de Daniel Marques, do movimento negro do Capão Redondo, e que em 2016 também decidiu pôr fim à própria vida, ascendem a luz sobre os reverses da vida de um militante, e da importância da saúde mental na atividade política para fora dos muros.

Essa preocupação tem levado profissionais da saúde e o próprio ativismo a reavaliar suas práticas, abrindo caminho para rodas de conversa e atendimentos específicos.

“Ó, tem militante mal, precisamos de ajuda.” Em meio ao fogo cruzado das [manifestações de 2013](#), os psicanalistas do grupo Margens Clínicas, coletivo que oferece atendimento a vítimas de violência de Estado, veem

pipocar os pedidos de atendimento clínico.

O grupo foi fundado oficialmente em 2012, mas, desde 2007, quando a reitoria da Universidade de São Paulo foi ocupada, o trabalho com a saúde mental de militantes e ativistas já era feito.

Em 2013 há um ponto de inflexão. “Alguém que tivesse ido às manifestações e sido machucado pela polícia nos pedia, individualmente, para ser atendido, porque o trauma individual dele tinha sido muito forte”, conta a psicanalista Anna Turriani.

Em 2016, ano do impeachment de [Dilma Rousseff](#), há outro ponto de inflexão. Agora os pedidos eram feitos por organizações, entidades e movimentos sociais. “Naquele momento fica claro para os grupos que eles precisavam se cuidar no coletivo. É a percepção dos efeitos nocivos da militância, de que se eles não se cuidassem, o trabalho deles poderia implodir”, afirma a psicanalista.

Se militar pode ser duro, a vida pode ser ainda mais. Como ter saúde mental em mundo de exclusão, racismo, machismo e homofobia? Por isso, para o grupo os especialistas, o sofrimento de militantes tem de ser tratado no coletivo, dentro do movimento. “A dor está inscrita na estrutura do que ele (militante) faz. O ativismo tem de entrada essa marca, de que machismo e racismo é uma coisa estrutural”, explica Anna.

Ela afirma ainda que a luta por direitos, por equidade, é também uma luta por saúde mental. “Não há saúde mental onde tem racismo; quando o moleque não pode escolher usar seu cabelo black porque senão ele apanha da polícia. Quem não adoce sendo humilhado?”

Depois da fantasia, paranoia e apatia

Victor Barão, psicanalista no grupo, afirma que a partir de 2016 os relatos sobre perseguição aumentaram. E o medo de uma suposta caça às bruxas pode fazer com que os militantes abram mão do projeto coletivo em detrimento de projetos pessoais, em tese mais seguros. Mas não sem dramas. Afinal, desistir da militância, ainda que temporariamente, abre caminho para um sentimento de frustração.

“Notei esse retorno da paranoia com mais força nos últimos tempos, e aqui isso tem gerado uma certa apatia para eles”, reforça Laura Lanari, também do Margens Clínicas.

Para os especialistas, isso decorre do fato de os movimentos sociais e grupos não conseguirem entender, nesse momento, tudo o que foi conquistado. “É algo como: fizemos tanto para isso?”, afirmam. “As pessoas estão compreendendo que grandes erros da esquerda no passado acontecem por falta de escuta. Como no caso das [mulheres marginalizadas](#) dentro do próprio movimento social”, acrescenta Anna.

Ouvir o outro passa a ser então o melhor remédio. Não só no divã do analista, mas nas ruas, nas rodas de conversa e de escuta abertas. Nesse processo, as mulheres negras estão muitos passos na dianteira. São elas que, cada vez mais, bradam: “Não dá para falar em militância sem falar do meu sofrimento.”

Quem eu deveria ser?

Uma espécie de síndrome de super-herói, de alguém que coloca para si incumbências sobre-humanas, ou que infla demais o ideal daquilo que se deseja ser ou fazer, é responsável por provocar quedas bruscas e grandes frustrações. É aquele ou aquela que parece carregar o peso do mundo nas costas.

Se por um lado os ideais ajudam os militantes a agirem, eles são responsáveis pela repetição eterna do fracasso. Afinal, é um ideal. Quanto maior, mais distante fica.

“Em militâncias em grupos mais hierarquizados, em que os sujeitos são galgados a quadros, o peso e a expectativa são enormes. Não é por acaso que diversas situações desemboquem no suicídio. Inventam-se incumbências que não podem ser cumpridas”, explica Rafael Alves Lima, que também faz parte do Margens Clínicas.

E os símbolos que constroem essas ideias são também construídos socialmente, como é caso das [histórias de príncipes encantados que salvam moças indefesas](#). As histórias de heroísmos irrealizáveis estão por aí, e fazem

muito sucesso.

Do luto à luta

Muitos dos que vão para a militância como maneira de fazer política, fazem pela necessidade de lutar por direitos que já foram perdidos. Como os sem-teto, que se organizam para reivindicar moradia. A luta, então, rememora um trauma já vivido, e qualquer perda nesse processo pode gerar um baque muito maior do que em pessoas que buscam na militância uma causa ou um ideal mais amplo.

O grupo explica que por vezes a militância repete o trauma, ao mesmo tempo em que promete um destino e dá sentido à vida. “As pessoas e movimentos têm de entender que esse é um processo coletivo de construção, e que isso prevê o cuidado de um com os outros. A militância é essencialmente um projeto coletivo”, argumenta Lima.

Carol Scorce

Patrícia Galvão, a Pagu: pioneirismo em política, feminismo e poesia

Artigo da “Revista Comunicação & Educação” resgata a produção híbrida de poemas-desenhos da ‘musa do Modernismo’

[\(Jornal da USP, 05/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quem já ouviu falar de Pagu? A cantora Rita Lee criou uma música em homenagem a ela e à mulher brasileira. Pagu é o apelido da poeta Patrícia Galvão, escritora, desenhista, tradutora, feminista e militante política, conhecida como a “musa do Modernismo”, movimento que revolucionou a

arte brasileira em seus diversos aspectos, tendo como auge a “Semana de 1922”, em que vários conceitos artísticos expressavam a contestação dos dogmas culturais, sociais e políticos da época. O artigo da revista *Comunicação & Educação* tem como objetivo mostrar “a produção híbrida de poemas-desenhos (*Álbum de Pagu*) e seu poema mais célebre, *Natureza morta*, publicado sob o pseudônimo de Solange Sohl, em 1948”.

O autor do artigo cita o texto de apresentação do poeta Augusto de Campos, para a reedição da obra de Patrícia Galvão, enfatizando a presença literária marcante da artista na época em que, apesar de muitas mulheres realizarem importantes conquistas no campo literário, no início do século 20, algumas “intelectuais de primeira linha, tiveram, lamentavelmente, suas carreiras ofuscadas pela condição feminina de então”. Foi o próprio poeta e tradutor brasileiro o responsável pela divulgação da obra e vida de Pagu no final da década de 1970, cujo objetivo era: “remitificar Pagu” e, ao mesmo tempo, desmistificá-la, “enfatizar não a face superficial de sua atividade, mas a densidade maior de sua aventura intelectual”.

Augusto de Campos propôs “definir os rumos e o lugar de Pagu nas letras nacionais”, recuperar a imagem de uma rebelde na vida e nas artes, segundo Rebechi Junior, que aponta Patrícia Galvão como uma personalidade rara, “dentre as poucas a tomarem uma posição de inconformismo que, a partir de 1922, incandesceu o nosso provinciano ambiente cultural”. A *Revista de Antropofagia*, naquele momento, delineava um novo caminho para a segunda fase do Modernismo, da qual Pagu participou: “Patrícia foi dos poucos remanescentes do modernismo que permaneceram fiéis aos ideais revolucionários do movimento no tocante à renovação da linguagem artística, quando a maioria ou se academizou ou se arrependeu”.



de olhos terrivelmente molengos
 e boca de chevamy...

E o guerreiro branco cantou.
 E Freud desejou...

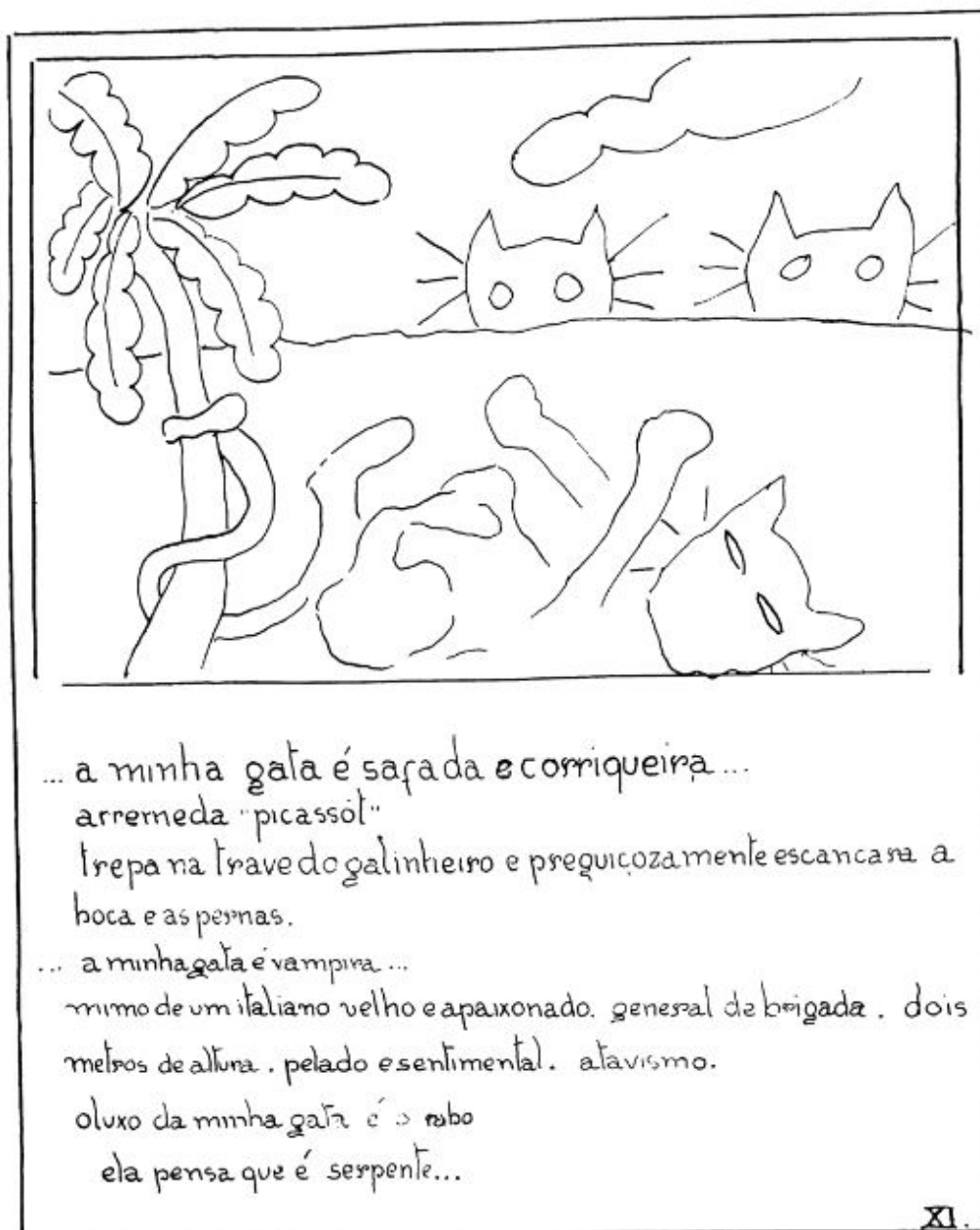
Mandioca braba faz mal.
 Pagú essa selvagem,
 inteligente
 E besta...

Comeu da mandioca braba...

E fez mal.

Croquis IV e V15 - GALVÃO, Patrícia. Pagú nascimento vida paixão e morte. Código, Salvador, n. 2, 1975, p. 26. (Reprodução)

No poema *Meu quintal é uma cidade!*, na obra *Álbum de Pagu*, Augusto de Campos observa um “gosto de invenção e de liberdade”. Autobiografia ilustrada por 28 croquis, a obra revela a artista como “uma representante autêntica dessa fração de modernistas antropofágicos”. Aqui se destaca “uma inovadora abordagem sobre a sexualidade e sobre a liberdade do corpo feminino, muito à frente do seu tempo”. Sob o pseudônimo de Solange Sohl, Pagu publica seu poema mais conhecido, *Natureza morta*, mostrando a “intensidade de poesia maldita”, angústias e amarguras e “uma incontornável dissolução daquilo que pode parecer absoluto”, como diz o poema: “[...] “Os livros são dorsos de estantes distantes quebradas. Estou dependurada na parede [...] Puseram um prego em meu coração [...] Espetaram, hein? a ave na parede [...] Mas conservaram os meus olhos”.



Croquis IV e V - 18 - GALVÃO, op. cit., p. 26. (Reprodução)

Nessa verdadeira homenagem à Pagu, o autor esclarece que seu artigo é somente uma breve apresentação dos “fragmentos poéticos deixados por Pagu”, e finaliza com o suposto último texto da artista publicado em vida, o poema *Nothing*, que expressa a força, a coragem e a intensidade dessa musa que busca os significados mais profundos para as situações complexas do indivíduo moderno, diante de um “sistema produtivo sem precedentes”, como em seus escritos/depoimentos no panfleto político *Verdade e Liberdade*, de 1950: “Também passei por essa prova. Também tentaram me esganar em

muito boas condições. Agora, saio de um túnel. Tenho várias cicatrizes, mas ESTOU VIVA”.

REBECHI JUNIOR, Arlindo. Pagu: poesia, militância e condição feminina. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 159-170, jun. 2018. ISSN: 2316-9125. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v23i1p159-170>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/145613>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Arlindo Rebechi Junior é professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, atuando em diversos cursos na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e é doutor em Literatura Brasileira pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Margareth Artur / Portal de Revistas da USP

O Dia Internacional pelos Direitos das Mulheres não é o “Dia do Sexo Feminino”, por Gal Barradas

Em sua nova coluna, Gal Barradas fala sobre o dia 8 de março, Dia da Mulher e os temas que são de fato importantes para serem debatidos além das flores e descontos

[\(Marie Claire, 04/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Daqui a um mês, estaremos comemorando mais um Dia internacional da Mulher. Muita gente tem implicância com esta data por considerar que “todo dia deveria ser dia da mulher”. Clichês à parte, gostaria de contar um pouco a história deste dia para fazermos uma reflexão. Ele foi criado em 1910, por sugestão de uma operária filiada ao Partido Socialdemocrata Alemão. Na época, estavam entre as suas principais reivindicações o direito ao voto, o direito à propriedade, ao pagamento igualitário de impostos, à educação, a adequação da jornada de trabalho, à igualdade salarial, às ações pela redução do feminicídio, entre outras. Assim, foi por este conjunto de reivindicações de direitos que criou-se o Dia Internacional pelos Direitos das Mulheres. Este é o nome “oficial” do dia. Se ele foi criado para chamar a atenção para a luta por direitos e como muitos deles ainda não foram conquistados, concluo que ele deve continuar existindo. Entretanto, me causa desânimo quando vejo que muitos tratam este dia como se fosse o “dia do sexo feminino”. Esta tradução equivocada é o que faz com que se flores e descontos na depilação sejam oferecidos para mulheres neste dia.

Francamente, até gosto de flores e descontos, mas não quero que me sejam oferecidos neste dia 8 de maio, como se isso significasse atenção ou valorização das mulheres! Atenção com os direitos das mulheres é outra coisa. O que eu quero é que os direitos das mulheres sejam respeitados, alcançados e cumpridos. Direito a salários iguais, medidas preventivas e punitivas à violência sexual, medidas punitivas para estancar o feminicídio e tantos outros. Vou citar alguns dados aqui pra vocês. Um tema que pode ser resolvido no âmbito das empresas, portanto bem mais simples do que outros que exigem mudanças em Leis e políticas públicas: a equidade salarial. No nosso país, infelizmente, a média nacional nos mostra que as mulheres ainda ganham 25% a menos que os homens. Em alguns segmentos, como o de Tecnologia, por exemplo, este índice chega os 30%. Se as empresas querem buscar competitividade num mundo cada vez mais diverso e multidisciplinar, por que não promovem um ambiente mais justo, dando às mulheres a oportunidade de disputar cargos e ideias de igual pra igual? Fica a pergunta aos empresários e empresárias que nos lêem.

Agora vamos para o extremo da régua de absurdos. Desde o início deste ano de 2019, temos visto uma explosão de casos de feminicídio na imprensa.

Finalmente o país se viu frente a frente com a sua triste realidade. É uma condição da natureza que homens sejam mais fortes fisicamente que as mulheres. Um homem consegue imobilizar uma mulher, consegue espancá-la sem que ela consiga reagir. Poucas são as mulheres cuja condição física faria ocorrer o contrário.

No caso da violência hedionda do estupro, é aterrador que 70% dos casos que ocorrem no nosso país sejam de âmbito moral. Parentes, pais, padrastos, vizinhos, conhecidos são os principais agressores. 30% são praticados por ambiente desconhecido ou inseguro. Voltando à questão dos Direitos, devemos lembrar que um direito conquistado nem sempre está conquistado pra sempre. É preciso manter a vigilância sobre eles. Para exemplificar, vou lembrar o caso da Lei 12.845/2013, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, que garante à vítima de estupro atendimento seguro e imediato à saúde para evitar doenças sexualmente transmissíveis e para evitar a gravidez indesejada (vale lembrar que o aborto em caso de estupro é uma Lei vigente no país desde 1941. A Lei do Minuto Seguinte garante medidas preventivas). Durante meses, um grupo de Deputados encabeçou um movimento para evitar que a Presidente de então não sancionasse esta Lei. Felizmente, não foram bem sucedidos e, anos depois, uma campanha promovida pelo Ministério Público, da qual tive a honra de participar, proporcionou a ampla divulgação da Lei para torná-la mais conhecida e efetivamente cumprida.

E assim, vamos caminhando. Dos mais simples aos mais complexos, vamos buscando efetivar direitos há tanto tempo lutados e ainda não conquistados, bem como novos direitos buscando acompanhar a cultura e a evolução de necessidades da sociedade. Voltando ao meu ponto inicial, nada disso se resolve com “mimos” no dia 8 de março, mas com atenção, respeito e com o desejo conjunto de viver numa sociedade mais madura e mais justa para todos.

E seria um sonho realizado ver o dia em que um artigo como este seja escrito por um homem.

Gal Barradas é publicitária e empreendedora

Coletivo lança pesquisa sobre assédio sexual a jornalistas no trabalho

O Coletivo de Mulheres Jornalistas do Distrito Federal lançou uma pesquisa sobre assédio sexual no ambiente de trabalho. O levantamento é realizado através de documento online e, inicialmente, fica aberto à participação até o fim de fevereiro.

[\(Portal Imprensa, 30/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“A pesquisa é com foco no Distrito Federal, mas é aberta a jornalistas de todos os lugares. Na tabulação serão separados os dados específicos do DF a serem entregues ao sindicato para que a entidade possa atuar junto às jornalistas. Mas é um levantamento mais amplo até porque, infelizmente, o assédio não é localizado. Essa é uma informação que serve para todos os sindicatos e entidades trabalharem depois com o objetivo tanto de conscientizar quanto de combater”, ressalta Renata Maffezoli, coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e integrante do Coletivo.

Uma publicação foi o ponto de partida da iniciativa. “Desde o fim de 2017, começamos a ter uma demanda forte por causa da publicação de um colunista no Correio Braziliense na qual transparecia muito a questão do assédio sexual nas redações. Isso despertou a categoria para o assunto”, diz Renata

Em novembro do ano passado, o Coletivo começou a mobilização: organizou debates virtuais e um presencial, na sede do Correio, que estabeleceu uma política específica sobre o assunto.

O movimento também lançou a campanha “Assédio sexual não faz parte do trabalho. Denuncie!”. Divulgada nas mídias sociais, seu objetivo, destaca a

coordenadora, era sensibilizar a comunidade jornalística “sobre o que de fato é assédio, porque muitas vezes as pessoas assediam até sem perceber por ser tão naturalizado”.

Foram criadas várias peças com situações tanto no ambiente de trabalho quanto por parte de entrevistados. “Atos que acabam sendo naturalizados ou silenciados até por necessidade de sobrevivência no mercado de trabalho”, alerta a coordenadora.

O levantamento é a segunda etapa da campanha. Com base nas respostas obtidas, o Coletivo definirá o que será feito na próxima fase. “Queremos buscar formas de eliminar, ainda é um patamar distante, mas o objetivo é esse: eliminar essa prática do nosso espaço de trabalho”, completa Renata.

O resultado do levantamento deve ser divulgado em março, quando é celebrado o Dia Internacional das Mulheres.

Sem querer, ministra Damares impulsiona movimento feminista, por Debora Diniz

Na coluna desta semana, Debora Diniz explica como discurso retrógrado da ministra tem efeito contrário

[\(Marie Claire, 16/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Feministas são feias, mal-amadas e não se depilam. Mais do que sapatões de sítio, feministas não gostam de homens. Queriam ser como eles, por isso propõem uma inversão de valores no mundo vestindo rosa nos meninos e azul nas meninas. Feministas desorganizam a casa, pedem para os filhos lavarem a louça ou arrumarem o quarto. É tão grave o que fazem as feministas que

sequer querem mais filhos, por isso lutam por descriminalizar o aborto. Em resumo, as feministas são mulheres problemáticas que mais deveriam estar em um hospício que pelas ruas.

Eu sou uma feminista. Não preciso aqui listar quantas roupas azuis havia no meu guarda-roupa quando criança para avaliar se tive um desenvolvimento de gênero apropriado à minha sexagem ao nascer. Sou casada com um homem, o mesmo há 25 anos, numa relação mais normalizada que a de homens e mulheres de bem que apontam o dedo para a vida alheia. Nunca fiz um aborto, mas estou convencida que nenhuma mulher pode ser presa por abortar. Não tenho filhos para ensiná-los sobre lavar pratos ou passar roupa, mas não descrevo o trabalho doméstico de maridos ou companheiros como “ajuda”. Em minha família, os dois cuidamos da casa, do orçamento, e planejamos o cuidado de nossos dependentes.

Ministra Damares é só uma voz ruidosa das que repetem essas fantasias sobre as feministas. E o faz a partir de um roteiro - ao mesmo tempo em que diz “fui violentada na infância” ou “sou mãe sozinha”, repete as tolices de “feministas feias”. Se sinto compaixão pelo horror de sua experiência infantil, não me provoca sua biografia para as “novas formas de família”. Há décadas mulheres negras e pobres são chefes de família, sozinhas por vontade própria ou abandono, e jamais essa foi uma bandeira de reconhecimento à diversidade. Essa é uma típica frase de mulheres burguesas sobre a maternidade solitária como um projeto feminista, o que não parece ser o caso da ministra, ou de mulheres da casa grande que “pegavam meninas para criar”. Não duvido do amor e do cuidado da ministra à sua filha, só não me convence a personagem para o papel de famílias alternativas.

Assim como não há um termômetro para o feminismo ou um rito de iniciação como fazem os grupos religiosos, não há uma feminista típica. O feminismo como forma de vida, conjunto de ideias e valores, práticas e políticas é o que garantiu que uma mulher chegasse à ministra de direitos humanos de um país com valores patriarcais. É verdade que, no atual jogo de homens bravos que fazem flexão de braço uns aos outros como saudação mútua, o posto de Damares é parte do jogo masculino, por isso a pastora se torna ainda mais uma personagem caricata. Ela é o feminino que faz broma de todas nós -

feministas ou não - pois arranca da história o que nossas antepassadas lutaram para vencer.

É bom que Damares seja bufona no cargo. Fortalece o feminismo, pois uma geração de meninas, adolescentes, mulheres comuns que jamais pensariam sobre o feminismo passam não só a abraçá-lo como levar adiante suas mensagens. Não por acaso muitas mulheres e homens repetiram causa feminista simples após o episódio das cores - vestiram-se como quiseram no trabalho, na casa ou nas televisões. Quanto mais Damares odiar o feminismo, mais fortes as feministas sairão desta história. Não importam quem sejamos, nomeiem-se como quiserem. O grupo que faz graça da pastora só aumenta. E no humor nos fortalecemos como feministas.

Cresce a parcela de brasileiros que diz já ter sofrido algum preconceito

Sensação de discriminação é maior entre negros, gays, umbandistas e evangélicos, diz Datafolha

[\(Folha de S.Paulo, 15/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um a cada três brasileiros diz já ter sido [vítima de discriminação](#) por conta de sua classe social, segundo uma pesquisa do instituto Datafolha. E esse número aumentou nos últimos anos. Assim como cresceu a proporção de pessoas que declaram já terem [sofrido preconceito](#) por sua cor da pele, orientação sexual, local onde vive, religião ou gênero.

O preconceito de classe havia sido sentido por 23% dos entrevistados em levantamento anterior do instituto, de 2008, e por 21% em 2007. No atual, foram 30%.

Esse tipo de discriminação é mais sentida no Sudeste do país (declarado por 35% dos entrevistados) e menos no Nordeste (25%) e mais em cidades grandes que pequenas (34% dos entrevistados nos municípios com mais de 500 mil habitantes e 21% nos com menos de 50 mil pessoas).

O Datafolha ouviu 2.077 pessoas com 16 anos ou mais em 130 cidades entre 19 e 10 de dezembro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), à época candidato, [afirmou que “tudo é coitadismo”](#) no Brasil. “Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso”, disse, em entrevista à afiliada do SBT no Piauí.

[O preconceito](#) é menos percebido entre quem declarou voto no militar. 26% dos eleitores de Bolsonaro disseram já ter sofrido discriminação por classe social e 18% por racismo. Entre os eleitores do candidato derrotado, Fernando Haddad (PT), 37% declararam terem sido vítimas de preconceito de classe, e 27% de racismo.

A discriminação racial já acometeu mais de 1/5 dos brasileiros, apontou a pesquisa. O índice é cinco vezes maior entre os que autodeclarados pretos (55% foram vítimas) do que entre os que se declaram brancos (11%).

No Brasil, é [considerado crime contra a honra](#) a injúria motivada por raça, cor, etnia, religião e origem, entre outros, sob pena de reclusão de um a três anos e multa. Costuma-se considerar injúria o uso de palavras depreciativas, como chamar uma pessoa negra de “macaco”.

Já o crime de racismo e o de preconceito religioso é inafiançável e imprescritível e a pena varia de um a cinco anos de reclusão, além de multa. Envolve mais do que ofender verbalmente uma pessoa pela sua cor da pele ou religião. Significa também impedir o acesso de pessoas a determinados lugares (hoteis, restaurantes, elevadores sociais etc.) ou negar-lhes emprego de acordo com sua etnia, entre muitos outros casos.

O Datafolha também mediu o sentimento de discriminação religiosa. O índice é bem maior entre adeptos de religiões africanas (68% já sofreram

preconceito) e entre os que frequentam igrejas evangélicas neopentecostais (48%). Entre os evangélicos em geral, independentemente da vertente, a taxa é de 38%.

Católicos, maior parte da população brasileira, são os que menos declararam já terem sido alvo de preconceito religioso (17%), menos até do que os sem religião (18%).

O instituto mediu ainda a percepção de discriminação de acordo com a orientação sexual. 55% dos entrevistados que se declararam homossexuais disseram já terem sido vítimas de preconceito por conta de sua orientação. O número cai para 38% entre bissexuais e 6% entre heterossexuais.

Não há legislação federal que tipifique a homofobia especificamente como crime. Em São Paulo, lei estadual pune a discriminação contra homossexuais, bissexuais e transgêneros e quem “proibir a livre expressão e manifestação de afetividade” com advertência e multa.

Uma a cada três mulheres entrevistadas também disseram já terem sofrido preconceito pelo único fato de serem mulheres.

Embora no discurso de posse feito no Congresso o novo presidente tenha defendido uma “sociedade sem discriminação”, depois, ao falar à população em púlpito, afirmou que iria [“libertar o Brasil” do politicamente correto](#).

O novo governo excluiu a menção à população LGBT no escopo das atribuições do [ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos](#) e extinguiu uma [secretaria do Ministério da Educação que é responsável por ações de diversidade](#), como direitos humanos e relações étnico-raciais.

Por outro lado, na atual gestão deve haver uma maior valorização da população evangélica, que tem alta taxa de sensação de discriminação religiosa, segundo a pesquisa, e faz parte da base de apoio do presidente.

A depender da disposição da primeira dama, [Michelle Bolsonaro, que discursou em libras na posse](#), também deve haver programas voltados à população com deficiência.

Uma vida inteira pelo fim da violência contra a mulher: A luta de Jacira Melo

Diretora do Instituto Patrícia Galvão defende acesso à informação para reduzir violência doméstica.

[\(HuffPost Brasil, 09/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A luta é antiga e objetivo é claro. São cerca de 40 anos de atuação profissional na área, desde uma época em que o assunto ainda não era tão debatido como hoje. **Jacira Melo**, 61 anos, diretora do Instituto Patrícia Galvão, organização que atua pelos direitos das mulheres, começou a se envolver com o feminismo ainda na faculdade, antes dos anos 80. Na época, ela participou da criação de um grupo chamado 8 de Março e lembra que até a data, o Dia Internacional da Mulher, não era tão conhecido ainda. E foi nessa época que começou sua atuação feminista. Estudante de filosofia, Jacira participou de encontros importantes para o movimento no Brasil e logo começou a trabalhar com violência contra a mulher. “Eu e outras parcerias feministas vimos que era importante ter um espaço de atenção à violência contra as mulheres e criamos o SOS Mulher, em São Paulo, em 1980 e a grande contribuição foi dar visibilidade à violência contra as mulheres”.

Mas, na verdade, suas primeiras descobertas nesse quesito ocorreram ainda mais cedo. Observou em sua casa, no comportamento do pai, “um homem militar, nascido em Alagoas”, algo que sabia que podia - e tinha que - combater. Estava naturalizado no discurso do pai: Jacira e as outras três irmãs poderiam estudar apenas até concluir o Ensino Fundamental II que já seria suficiente. Curso superior era apenas para o irmão. “Ele foi um pai

muito presente, muito dedicado, mas dizia que com esse estudo nós [mulheres] já estaríamos preparadas para a vida de casadas. E com a minha mãe era um companheiro nada solidário e ela sonhava em trabalhar, ter uma vida própria e isso era impossível e acima de tudo era um parceiro que cometia a violência psicológica, sempre desqualificando minha mãe”.

É uma luta apaixonante, você entra e não sai mais porque tem a ver com a liberdade de ser, o direito de viver uma vida sem violência desde pequena.



A diretora do Instituto Patrícia Galvão, hoje com 61 anos, começou a pensar

sobre feminismo ainda jovem. (Foto: Caroline Lima/especial para o Huffpost Brasil)

Quando tinha dez anos, começou a enfrentar o pai porque não queria que ele falasse com a mãe do jeito que falava. Comprou muita briga até que o pai chegou a ameaçar deixar de pagar sua escola se a filha insistisse em se intrometer na relação dos dois. Foi quando Jacira decidiu então, já com 14 anos, que ia trabalhar para pagar o colégio. “Sempre tive uma relação afetiva forte com meu pai e enfrentá-lo foi importante para o meu amadurecimento como mulher, para encontrar o meu lugar de mulher no mundo e minha mãe não merecia passar por aquela situação, ela merecia uma vida sem violência”.

Levou essa máxima para todo o seu futuro. E também o aprendizado de que a violência começa sempre dentro do ambiente doméstico e de que não se trata de casos de fórum íntimo. “A violência que acontece dentro de casa é a primeira linguagem de violência que as crianças aprendem, é o primeiro momento onde se resolve os conflitos na base da violência e se naturaliza isso no espaço público. Isso é muito grave e ainda está muito profundo na visão das sociedades de que a violência contra as mulheres é um problema de fórum íntimo e ele não é. É social e exige a reação de cada uma de nós”.

MEC volta atrás e suspende mudanças nos livros didáticos

Edital modificado retirava exigência de abordagem de questões como violência contra a mulher

[\(O Globo, 09/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Ministério da Educação (MEC) voltou atrás da nova versão do edital do Programa Nacional do Livro Didático, que suspendeu a versão publicada em

2 de janeiro. O novo edital retirava a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas. No novo texto, o órgão suprimia ainda o trecho que exigia que a obra estivesse “isenta de erros” e a determinação de “incluir revisões bibliográficas”. O combate à violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola também não estariam mais no documento.

O edital serve de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível no site do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Para a presidente-executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, alterações no edital a todo momento são ruins para o processo.

— Tantas mudanças criam insegurança jurídica no processo, que é extremamente longo, qualquer mudança de regra no meio do jogo não seria boa — comentou.

O órgão afirmou que a mudança havia sido feita pela gestão anterior e enviada ao FNDE no dia 28 de dezembro. Na opinião de Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é positivo que as regras não sejam alteradas.

— Importante ter derrubado essa mudança, inclusive porque demonstra que a reação da opinião de especialistas e da comunidade escolar e acadêmica surtiu pressão no governo— afirmou. — Esse vai e vem demonstra que decisões não têm sido tomadas com bases técnicas e são bastante frágeis. O governo não parece entender das políticas que edita e publica.

O Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel) afirmou em nota que está “acompanhando as movimentações no setor do livro e leitura nesse início de governo” e que vai buscar um debate ativo nessa área.

Mais cedo, a retificação no edital do PNLD foi amplamente criticada. De acordo com especialistas, as mudanças deixariam brechas para questões preocupantes como a possibilidade de veiculação de publicidade nos livros escolares e a não exigência de referências bibliográficas na estrutura editorial dos livros.

Os educadores criticaram ainda a supressão da exigência de conteúdo que abordasse o combate à violência contra a mulher, que antes vinha expressa no edital. Segundo eles, por ser um programa com capilaridade em todo país, o livro didático é uma ferramenta importante de conscientização da população.

No ano passado, durante a gestão de Michel Temer, o MEC suprimiu o combate à homofobia e à transfobia do edital do programa. De acordo com o texto, bastava que a produção estivesse “livre de estereótipos ou preconceitos”. O governo Temer também alterou o processo de seleção dos livros, que antes era comandado pelas universidades federais.

Leia abaixo a nota do MEC na íntegra:

“O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, decidiu tornar sem efeito o 5º Aviso de Retificação do edital do PNLD 2020, publicado no dia 2 de janeiro, tendo em vista os erros que foram detectados no documento cuja produção foi realizada pela gestão anterior do MEC e enviada ao FNDE em 28 de dezembro de 2018.

O MEC reitera o compromisso com a educação de forma igualitária para toda a população brasileira e desmente qualquer informação de que o Governo Bolsonaro ou o ministro Ricardo Vélez decidiram retirar trechos que tratavam sobre correção de erros nas publicações, violência contra a mulher, publicidade e quilombolas de forma proposital”.

Paula Ferreira

Violência contra a mulher e

quilombolas são retirados de edital de livros didáticos

Orientações para obras que serão utilizadas em escolas públicas são alteradas

[\(O Globo, 09/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Modificações no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja última versão foi publicada em 2 de janeiro deste ano, retiraram do documento questões como violência contra a mulher e a promoção da cultura quilombola. O edital servirá de orientação para a aquisição de obras distribuídas pelo governo a alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. Ele está disponível [no site do FNDE](#) (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Na antiga versão do documento, voltado para as editoras, um trecho do texto informava que as obras selecionadas deveriam “promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”. Na versão atual, o trecho sobre a não-violência contra a mulher foi suprimido.

As diferenças entre os documentos também incluem a menção a quilombolas. No documento anterior, havia o trecho: “Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo”. No documento final, as palavras “quilombola” e “povos do campo” não aparecem mais.

Publicidade e revisão

A orientação em relação à publicidade também foi modificada. Em versões anteriores do edital, o documento informava que as obras deveriam estar isentas de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais. Este trecho não consta no documento atual.

“Estar isento de erros de revisão e/ou impressão” e “incluir revisões bibliográficas” eram condições para que a obra estivesse em conformidade com o programa. Agora, elas também não são mais mencionadas no edital.

Os editais do PNLD são publicados periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC) para a seleção de livros que chegarão às escolas públicas e outras instituições conveniadas.